

Entre os presentes,
obras de arte no valor
de US\$ 7 mil

Esquema das
licitações tinha
cartas marcadas

Papéis da Odebrecht são a ponta do “iceberg”

■ Polícia Federal ainda analisa 15 caixas de documentos e 22 disquetes também apreendidos na casa de um diretor da empreiteira

ILIMAR FRANCO

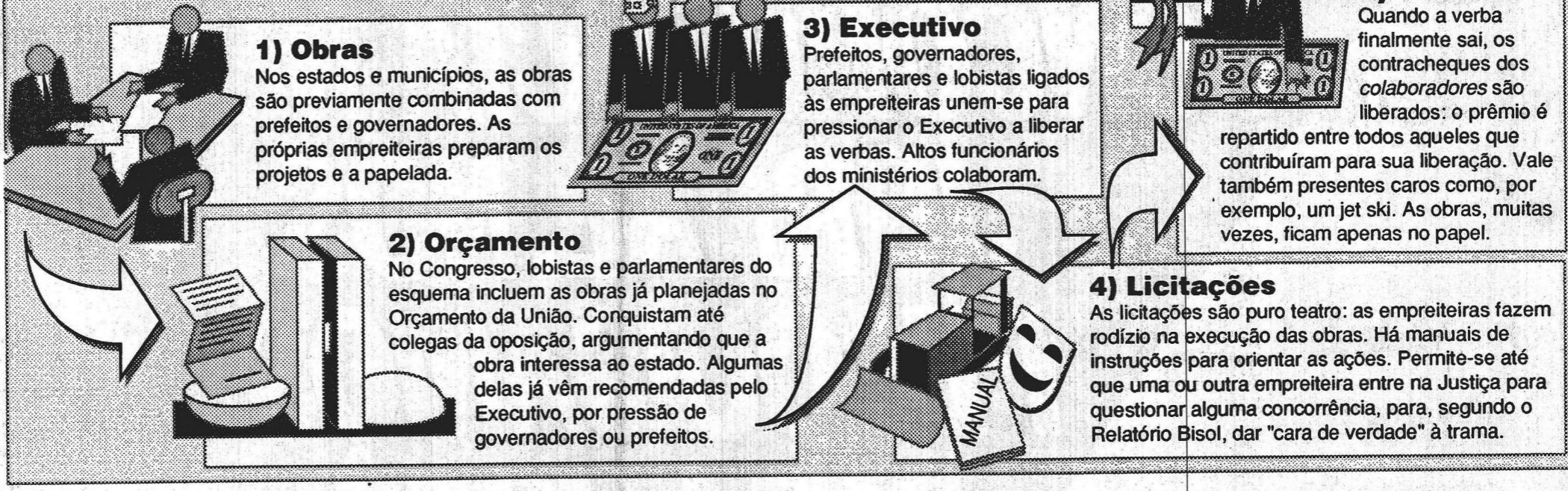
BRASÍLIA — A CPI do Orçamento recebeu apenas os documentos contidos em uma das caixas apreendidas na residência do diretor da Norberto Odebrecht em Brasília, Ailton Reis. Há outras 15 caixas e 22 disquetes que ainda não chegaram e estão sendo analisados pela Polícia Federal. Esses papéis são reveladores do funcionamento de toda a estrutura de *lobby* da Norberto Odebrecht que se utiliza de presentes, propinas e contribuições de campanha para garantir que suas obras recebam dotações orçamentárias. Revelam ainda as relações da empresa com parlamentares e ministros, demais empreiteiras e junto a servidores públicos no Congresso e no Executivo. Os principais documentos deste dossier que já chegou à CPI, com 700 páginas, são os seguintes:

■ **Conjuntura** — Este documento é de uma análise de conjuntura feita em 8 de novembro deste ano e preparatória de uma reunião, no dia seguinte, na Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Há uma avaliação do cenário político atual e projeções para curto e médio prazo. As propostas do *staff* político da Odebrecht são: “Disolução de passeatas e de CPIs que tentem envolver empresários de qualquer setor” e “lutar pela concentração do Congresso na reforma constitucional”. Para isso, pretendem acionar a CNI, Fiesp, Fiergs, Febraban e PNBE. Diz ainda que os empresários não têm um projeto político consistente e de longo prazo, e alerta: se nada for feito para mudar o quadro, o cenário terá “o PT no poder, engessamento da revisão constitucional, barreiras à privatização, crise externa (cambial e diplomática), perda de força do empresariado e impossível retomada do desenvolvimento”.

■ **Percentuais** — Relaciona órgãos públicos e obras com parlamentares que teriam apresentado as emendas ou as incluído no Orçamento. Ao lado do nome desses parlamentares há percentuais que, na avaliação da CPI, indicariam o quanto estariam recebendo à medida que os recursos eram liberados. Estão nessa situação os 10 parlamentares que tiveram o sigilo bancário e fiscal quebrado na sexta-feira e outros que já vinham sendo investigados. Esses manuscritos relacionam também outros parlamentares, ao lado dos quais não há nenhum percentual. Há indicações também de que funcionários do Executivo, ministros, funcionários de segundo escalão e dirigentes de estatais e autarquias também recebiam comissão. Esses papéis são claramente rascunhos, ilegíveis em alguns pontos.

■ **Campanha** — A empresa já se preparava para apoiar determinados candidatos nas eleições gerais de 94. Durante reunião no dia 29 de setembro foi discutido o documento “Apoio Político - Nordenste” e que falava no financiamento de candidatos aos governos estaduais, Câmara e Senado. Este documento divide os parlamentares em três grupos: “o dos amigos que nos apóiam em CPIs, projetos, emendas, sem cobrar e esperam apoio nas eleições; o dos que estão

O ESQUEMA DAS EMPREITEIRAS



SE NADA FOR FEITO, VENCE O PT'

ANÁLISE E DECISÕES PARA O MOMENTO: CONGRESSO X CPI X EMPRESAS.
(Primeiras notas de RC acrescidas de comentários de LV, RM, JS e orientação de EAO)

1 EMBASAMENTO
Consultas internas e externas
Percepções antigas e atuais

2 CENÁRIO
2.1 Fraqueza e crise do Governo.
2.2 Classe empresarial sem um rumo político claro e atraído.
2.3 O evidente calorão político esperava um motivo para definir um rumo. Ode explodiu.
2.4 Encontraram em rotas de colisão:

- a reforma constitucional;
- a luta estatização x privatização;
- desdobramentos da época Collor;
- ansia da sociedade por segurança e justiça em que não confia;
- reato de morte de um suspeito de crime da própria empresa - que por coincidência manejava dados e situações do orçamento público. Tomou-se desforra.

2.5 A esquerda simbolizada no PT assumiu a liderança exigindo “limpeza” no Congresso e punição dos culpados, ai incluído, mais categóricamente, as chamadas “empresárias” que por coincidência são (aos olhos da esquerda) as que elegem corruptos e defendem as privatizações *prato cheio*.

2.6 Não existe um projeto político do empresariado, consistente e de longo prazo que considere:

- os novos clientes do setor privado substituindo o Governo como cliente;
- as novas regras de apoio eleitoral;
- comunicação com a sociedade, tornando transparente sua ideologia.

2.7 A imprensa é facilmente mobilizada porque foi infiltrada na mesma blogosfera, há muitos anos, pela esquerda. Os “informantes” e “delatores” estão em todos os segmentos (Bancos, outras empresas privadas e *todas* as estatais).

3. RESULTADOS DO CENÁRIO, SE NADA FOR FEITO:
3.1 O PT no poder;
3.2 Adesões entusiásticas e surpreendentes;
3.3 Engessamento da revisão constitucional;
3.4 Barreiras à privatização;
3.5 Perda de força do empresariado;
3.6 Crise externa (cambial e diplomática);
3.7 Impossível retomada do desenvolvimento

4. O QUE FAZER
4.1 Uduar bandeiros que possam UNIR, ENTUSIASMAR E RESPONSAZILAR o empresariado.

4.2 ADICIONAR dentro dessas listas:
CBIC - ACCE - ABCE - SINICON - LNEGEM-UTIA - CNI - FIESP - FIEBA - FIERGS
4.3 Especificamente na reunião agendada na CBIC para 09/11 às 14:30, devemos lembrar:

- o clima de buscar o que é certo sem adotar um papel de juiz ou de promotor;
- conscientizar a todos sobre o condão e a partir daí buscar soluções e estratégias que não visem vitimizar o setor da construção ou as empresas;
- definir estratégias junto à CPI, partidos políticos, Polícia Federal, Procuradoria Federal e Imprensa;
- reduzir a falsas lides que municiam a imprensa com informações e artigos mentirosos;
- desmontar de passadas e da CPIs para envolvimento de empresários de qualquer setor;
- lutar pela concentração do Congresso na reforma constitucional.

Verdade é ação. Não temos tempo.
Entendo o objetivo.

em postos-chave do Congresso, como o presidente da Câmara, o líder do governo, líderes de partido, lideranças de um modo geral e integrantes da Comissão Mista de Orçamento; e de oposição, com os quais há necessidade de composição com alguns, em função de reduzir áreas de agressão”. São citados os nomes por categorias.

■ **Presentes** — Tem uma relação de parlamentares que deveriam ser presenteados com pinturas a óleo com preços que variam de US\$ 2 mil a US\$ 7 mil. Estão nesta lista governadores, ministros, senadores e deputados.

■ **Magri** — Neste documento

há a simulação de uma inquirição para a CPI Magri-Odebrecht e que deve ter servido para preparar o presidente da holding, Emílio Odebrecht, para responder às perguntas no inquérito da Polícia Federal.

■ **PC Farias** — Há uma cópia completa do depoimento de PC Farias no Supremo Tribunal Federal feito no processo contra o ex-presidente Collor.

■ **Conversas** — Três conjuntos de documentos tratam de reuniões, palestras, conversas, informes, análises e comunicações internas sobre os mais diversos aspectos do trabalho da empresa.

Nesta documentação há informações sobre como acionar parlamentares para liberar recursos do Ministério da Saúde, em maio de 92 e fala da necessidade de um diálogo permanente com José Carlos Alves dos Santos, tratado por “interlocutor”, tendo em vista o Orçamento de 93. Refere-se também a “desenvolver ações no Prodases para manutenção e acréscimo dos números nos nossos programas”.

■ **Cartel** — Documentos sobre reunião realizada em 6 de outubro sobre o contrato de concessão da ponte, que a CPI acredita se tratar da Ponte Rio-Niterói. Indicariam, segundo integrantes da

CPI, a existência de um esquema de rodízio das empreiteiras na execução de obras públicas. Esse acordo secreto implicaria a inutilidade prática das licitações, que seriam viciadas de origem, e também a aplicação de preços superfaturados, já que eram acordados previamente entre elas. Dessa reunião participaram representantes da OAS, Andrade Gutierrez, CC, Constran, Cowan, Serveng, Queiroz Galvão, MJ, CR Almeida, CNO (Odebrecht), Carioca e Cessa.

■ **Emendas** — Apresentam ações para influenciar o parecer preliminar do Orçamento e relacionam emendas, totalizando US\$ 500

milhões, de interesse da Odebrecht. Também ai está o documento que se refere a “Programas com o deputado J. C. A.” (José Carlos Aleluia, PFL-BA), tratando de liberação de alguns recursos nos Ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional. Um fax passado ao deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) sugere, segundo a CPI, que pela liberação de recursos para sete obras ele teria recebido uma comissão de US\$ 119,5 mil.

■ **Agenda** — No dossier há uma agenda dos diretores da empresa e a informação de que em 16 de agosto eles se reuniram com a deputada Roseana Sarney (PFL-MA) em sua casa. A CPI espera encontrar a descrição dessas reuniões nas demais caixas de documentos.

■ **Comunicados** — Cópias de minutas enviadas pela empresa, governadores e prefeitos para os ministérios, em que se pede prioridade de liberação de recursos para obras. Há também ofícios para estados e municípios pedindo prioridade para obras da empresa. Outros documentos se referem a contratos da Caixa Econômica Federal, um dossier sobre a Prosege e uma relação de assessores no Congresso e no Executivo da área de orçamento.

■ **Organização** — A papela da inclui um organograma de como funciona a Norberto Odebrecht. Para a CPI, a empresa tem uma holding que coordena várias empresas por regiões geográficas e de influência política e que, por sua vez, lidera uma rede de gerentes e lobistas. São os encarregados de promover negociações com a empreiteira executante da obra, colaboradores regionais, prefeituras, governos estaduais, Ministérios e Congresso.

■ **Parceria** — Um dos documentos mais detalhados se refere aos critérios para remuneração dos parceiros da Odebrecht (“A base de cálculo para partilha de recursos de resultados”). Define como será feita a remuneração de dirigentes, assessores e funcionários da empresa, de acordo com o desempenho financeiro da mesma e a liquidez das obras contratadas com o governo. Integrantes da CPI acreditam que entre os parceiros comissionados estariam funcionários do Executivo, parlamentares, governadores e ministros.